

TERRITÓRIO COMERCIAL DE TORITAMA: persistência e metamorfoses da informalidade¹

COMMERCIAL TERRITORY OF TORITAMA: *metamorphoses and persistence of informality*

Roberto Vêras de Oliveira

Universidade Federal da Paraíba

Bruno Mota Braga

Universidade Federal de Campina Grande

Resumo

Este artigo analisa as dinâmicas sociais da *informalidade* no *Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco*, com foco nas novas configurações comerciais trazidas com a construção do Parque das Feiras, em Toritama. Trata-se de uma abordagem sobre o problema da *informalidade* com ênfase nos atores (estratégicos) e seus diálogos tensos com as dinâmicas que se lhes apresentam. A pesquisa priorizou os seguintes procedimentos metodológicos: resgate bibliográfico, consultas às fontes documentais, observação direta e realização de entrevistas semiestruturadas. Observou-se que, não obstante os recentes impulsos de formalização (nos âmbitos da gestão e do trabalho) no Polo e no território comercial de Toritama, esses não têm sido capazes de apontar para a superação da marca histórica da *informalidade*, que persiste, metamorfoseando-se. O esforço de apreensão dos sentidos atribuídos pelos atores e das estratégias adotadas por cada um em uma dinâmica em disputa passa a ser um elemento chave para a análise dos seus desdobramentos.

Palavras-chave: informalidade, confeções, Feira da Sulanca, atores estratégicos.

Abstract

This article analyzes the social dynamics of informality in Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco (a clothes cluster), with a focus on a new commercial moment started with construction of the Parque das Feiras in Toritama. It is an approach on the problem of informality with emphasis on (strategic) actors and his tense dialogues with the dynamics that involve them. This research prioritized the following methodological instruments: bibliographic rescue, consultations of documentary sources, direct

1 Este artigo se beneficia da dissertação de Mestrado intitulada *A dinâmica formal-informal do trabalho no parque das feiras e entorno: constituição histórica e mudanças recentes*, defendida por Bruno Mota Braga, em agosto de 2014, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), sob a orientação de Roberto Vêras de Oliveira.

observation and conducting semi-structured interviews. We note that, despite the recent formalization impulses (in the fields of management and labor) in Polo and in commercial territory of Toritama, these have not been able to point to overcome the historical brand of informality that persists with some metamorphosis. The effort of apprehension of the meanings attributed by the actors and the strategies adopted by each one in a dynamic in dispute becomes a key element to the analysis of its consequences.

Keywords: informality, clothing sector, Sulanca Fair, strategic actors.

Introdução

Este artigo analisa as dinâmicas sociais da *informalidade* no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, sua persistência e suas metamorfoses. O foco recai sobre as novas configurações comerciais trazidas especialmente com a inauguração do Centro Comercial Parque das Feiras, localizado no município de Toritama, sendo este uma das mais importantes bases de produção e comercialização de *jeans* do País (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2013).

O referido Polo se constituiu historicamente como um aglomerado de atividades produtivas, comerciais e de serviços, especializado em confecções e situado no Agreste de Pernambuco, envolvendo principalmente os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama. Atualmente, vem passando por transformações importantes:

O crescimento nos volumes de produção e comercialização, sua projeção regional e nacional, a entrada em cena de grandes atacadistas, uma cada vez maior exposição à concorrência frente a outras regiões produtoras (inclusive de base internacional, como a China), uma maior presença do Estado (com ações de fiscalização, de orientação, de institucionalização, de investimento em infraestrutura e serviços), entre outros fatores, vêm concorrendo para alterar sua configuração, inclusive no que se refere à dinâmica *formal-informal*. Isso, não necessariamente no sentido do simples avanço de um termo em detrimento do outro, mas, sobretudo no de estabelecer novos processos envolvendo essa dualidade de situações, algo que podemos tratar como novas formas e dinâmicas de informalização-formalização (Véras de Oliveira, 2013, p. 233).

O Parque das Feiras foi construído em 2001 por iniciativa de empresários da região, com o apoio do poder público municipal e de instituições tais como o Sindicato das Indústrias de Confecções de Pernambuco (Sindinvest-PE) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Sua construção visou

aproveitar o potencial das “Feiras da Sulanca”², mas buscando estabelecer um outro padrão de organização das atividades comerciais.

Esse modelo de centro comercial se espalhou para Caruaru, com o Polo Comercial, e Santa Cruz do Capibaribe, com o Moda Center. Resultou daí uma reconfiguração na base física e no padrão do comércio dos produtos do aglomerado produtivo. Em paralelo, por ação do Sindinvest-PE e com o apoio do Sebrae, desencadeou-se uma campanha com o propósito de reelaborar a imagem das atividades, dos produtos e dos agentes produtivos da região, envolvendo sobretudo a mídia local e as associações empresariais (Lima, 2011).

A inauguração do Parque das Feiras evidenciou e aprofundou os processos de diferenciação que já vinham se estabelecendo nas atividades e *empreendimentos*³ comerciais (e produtivos). Atualmente, são os seguintes os principais espaços de comercialização de confecções em Toritama (dotados de infraestrutura e padrões de funcionamento diferenciados): o Parque das Feiras (incluindo áreas distintas para *boxes e lojas*); as *grandes lojas*, situadas no entorno do Parque; a Feira da Sulanca, estabelecida na área externa do perímetro do Parque, com funcionamento aos domingos e às segundas e terças-feiras, sendo submetida à regulação do poder público local; e a Feira da Invasão, constituída recentemente como desdobramento da Feira da Sulanca, situada fora do perímetro do Parque e funcionando nos mesmos dias daquela, mas sem qualquer reconhecimento e regulamentação públicos.

As reflexões aqui propostas têm como foco as transformações pelas quais vêm passando a dinâmica comercial em Toritama, mais especificamente quanto às novas relações entre seus aspectos *formais e informais*, tendo como marco a instalação do Parque das Feiras. Pautam-se pelas seguintes interrogações principais: que implicações a instalação do Parque das Feiras vem trazendo para as relações entre o *formal* e o *informal* nas atividades comerciais ali desenvolvidas? Em que medida a *informalidade* se mantém como uma característica marcante nessa nova situação? Como os diversos atores sociais referidos ao território comercial em questão percebem e se posicionam em relação às mudanças que ali vêm ocorrendo e sobre suas implicações para si próprios?

Conforme já destacado, o uso de termos como “mercado informal” (Silva, 1971), “setor informal” (Organização Internacional do Trabalho, 1972; Tokman,

2 “As feiras locais, por meio da constituição de sua variante *feira da sulanca*, se firmaram como pontos de articulação por excelência (quanto à origem e desenvolvimento) do que veio a se constituir como um aglomerado produtivo-comercial de confecções” (Véras de Oliveira, 2013, p. 241). Conforme Lira (2006, p. 102), “A *sulanca* ficou conhecida, então, como feira que possui produtos simples, de qualidade inferior e preços acessíveis a camadas da população de baixa renda”.

3 Usamos o termo em sentido amplo, como organizações econômicas voltadas à produção, ao comércio e aos serviços, incluindo desde as formas mais familiares e informais até as de tipo mais empresariais (no sentido weberiano da expressão) e formais.

1977; Souza, 1982), “informalidade” (Hart, 1973) na pesquisa social, tornaram-se correntes a partir dos anos 1970, sendo dotados de grande polissemia e controvérsia (Dedecca; Baltar, 1997; Souza, 2000a e 2000b; Noronha, 2003; Silva, 2003, Filgueiras et al., 2004, entre outros). Sobretudo mais recentemente, e em vários casos já acompanhando as novas tendências globais das relações de trabalho e suas repercussões no Brasil, vem proliferando estudos sobre “economia informal”, “informalidade”, “trabalho informal”, “informalização”, “nova informalidade”⁴.

Historicamente, no Brasil e na América Latina, firmaram-se três posicionamentos principais nos estudos sobre *informalidade*. Aqueles que se colocaram nos marcos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relacionam-no às vias de industrialização tardia na região. Os processos de reorientação econômica teriam implicado, com mais ou menos intensidade em cada país, na expulsão de força de trabalho das atividades agropecuárias em direção às zonas urbanas, sob a atração exercida pela indústria. Do fato desta não ter tido a capacidade de absorver tais contingentes suficientemente, gerou-se um excedente de força de trabalho, que foi levado a prover, por conta própria e sob uma lógica própria, sua sobrevivência em atividades improvisadas e instáveis, principalmente no comércio e no setor de serviços. Em uma perspectiva liberal, diferentemente, a *informalidade* seria acima de tudo resultado do excesso de regulamentação estatal sobre o mercado. Ao invés de ser tomado como um “setor” com nível de produtividade inferior, o “empreendedor informal” deve ser visto como um “herói” econômico, capaz de sobreviver, apesar da perseguição estatal. Para as perspectivas referenciadas no marxismo, a existência do trabalho informal não pode ser dissociada das estratégias de acumulação de capital, estabelecidas a partir do grande capital, no sentido deste se beneficiar do uso de formas de trabalho “não típicas” para o padrão capitalista (Jacobsen et al., 2000).

Neste artigo, pretendemos ensaiar uma perspectiva de abordagem sobre o problema da *informalidade* – a partir do estudo do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco e, mais especificamente, do arranjo comercial articulado em torno do Parque das Feiras, em Toritama – com foco nos atores (estratégicos) e seus diálogos tensos com as estruturas que se lhes apresentam. Tal ótica não se reconhece em abordagens *dualistas* (que pressupõem marcada segmentação entre o *formal* e o *informal*), nem naquelas de referência *liberal* (que veem no fenômeno um “caminho rumo aos mercados”, como saga dos indivíduos em defesa da liberdade de mercado⁵),

4 Alguns destaques: Dedecca e Baltar (1997); Souza (2000a; 2000b); Malaguti (2000); Lima e Soares (2002); Machado da Silva (2003); Noronha (2003); Tiriba (2003); Filgueiras, Druck e Amaral (2004); Kon (2004); Tavares (2004); Lima (2006); Vêras de Oliveira et al. (2011).

5 Conforme proposição de Soto (1987), o que contraria o argumento das diversas vertentes da Sociologia Econômica, que pressupõe uma necessária “imersão social dos processos econômicos”, de modo que estes são concebidos como “construções sociais” (Monteiro e Carneiro, 2012).

tampouco pelas que se ajustam a uma perspectiva *marxista* de base *funcionalista* (que toma toda manifestação de *informalidade* como resultado da lógica e das estratégias do capital)⁶. Ao contrário, buscaremos abordar a *informalidade* como uma dinâmica social em construção, perpassada pela ação de indivíduos, grupos e instituições, expressa sob formas e sentidos diversos, e composta sob um arranjo de combinações (convergências) e tensões (disputas e conflitos).

A pesquisa que deu base a este texto envolveu uma gama diversa de situações e procedimentos metodológicos. Associado a um ambiente coletivo de resgate bibliográfico, de discussões sobre os diversos estágios das pesquisas em curso, de trocas sobre impressões de campo⁷, foram empreendidas consultas de fontes documentais⁸, observação direta e realização de entrevistas semiestruturadas. O período de inserção em campo se deu principalmente de junho a agosto de 2013, com intervalos maiores e menores de permanência em Toritama. Os principais atores abordados (em entrevistas e conversas informais) foram: gestores do Parque das Feiras, lideranças das associações dos empreendedores⁹, feirantes da Feira da Sulanca e da Feira da Invasão, trabalhadores do Parque das Feiras e das *grandes lojas* situadas no seu entorno, gestores públicos locais¹⁰.

6 Convém aqui uma referência à noção de “grupos estratégicos”, concebidos em relação a “conflitos” e “arenas”, de Sardan (2005, p. 200): “[...] the ‘virtual’ strategic group is a working hypothesis which help us to reflect on the convergence of certain individual strategies, from which we might deduce that the individuals in question have an identical position in face a given ‘problem’ [...] As opposed of classic sociological definitions of social groups, strategic groups (whether virtual or real) are not constructed once and for all and are not relevant to all types of problems: they vary according to the problem at hand, that is, according to local issues”. Chamar a atenção para os processos de constituição de atores, suas estratégias de ação, os conflitos que protagonizam e os espaços onde tais conflitos ocorrem, tendo tudo isso como composições dinâmicas, visa posicionar a abordagem para além de perspectivas *dualistas* e *estrutural-funcionalistas* de qualquer tipo.

7 Realizados no âmbito do projeto guarda-chuva *Para discutir os termos da nova informalidade: o caso do Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano* (CNPq), desenvolvido no Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG). Estudos de iniciação científica, dissertações, teses e publicações diversas têm resultado desse processo: Silva (2009); Véras de Oliveira (2011; 2013); Lima (2011); Melo (2011); Pereira Neto (2011; 2014); Sobreira (2011, 2014); Pereira (2011); Bezerra (2011); Braga (2011; 2014); Eufrásio (2013); Heleno (2013); Véras de Oliveira e Pereira Neto (2013); Burnett (2013; 2014).

8 Além de documentos oficiais, foram consultadas outras fontes de informações históricas, com especial destaque para registros de moradores da região na forma de livros e vídeos.

9 Realçando-se a Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT), a Associação Logística Parque das Feiras (ALPF) e a Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama (AFEST). Foram entrevistados os presidentes dessas três associações, assim como feirantes e trabalhadores do Parque das Feiras, das grandes lojas, da Feira da Sulanca e da Feira da Invasão, totalizando 15 entrevistas semiestruturadas e dezenas de conversas informais em cada um desses espaços.

10 Os nomes dos entrevistados foram omitidos visando preservar suas identidades.

Toritama: da Feira da Sulanca ao Parque das Feiras

Muito da história da *sulanca* é contada pelos escritores locais, cordelistas e, oralmente, por todos aqueles que participaram da constituição histórica do que hoje se denomina Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. A partir do resgate de uma já vasta bibliografia sobre a história da *sulanca*, foi possível chegar a alguns pontos de referência. O primeiro deles se refere às suas origens, situando-se “entre os anos 1940 e 1950, a partir do município de Santa Cruz do Capibaribe, como resultado de obstinada luta dos moradores da região pela garantia de sua subsistência” (Véras de Oliveira, 2013, p. 238). Tudo teria começado com a movimentação de comerciantes que se deslocavam para Recife, levando produtos locais (galinhas, queijo, carvão vegetal), e retornavam trazendo retalhos de tecido¹¹. Estes, por sua vez, passaram a ser utilizados por costureiras locais, que, no início, produziam colchas e tapetes e, depois, roupas (principalmente infantis¹²), com a venda desses produtos sendo feita principalmente nas feiras locais. As peças produzidas eram destinadas às populações mais pobres e tinham como principal atrativo os preços baixos. Mas a atividade se desenvolveu, constituiu uma clientela, incorporou crescentemente novos produtores e vendedores, e a demanda pelos retalhos ampliou-se, pressionando-a. Algumas fábricas da capital começaram a “cobrar o que antes era disponibilizado gratuitamente” (Lira, 2006, p. 102). Os retalhos passaram a ser comprados em São Paulo, com a atividade ganhando um novo impulso:

o comércio de retalhos, criado pelo grupo de migrantes nordestinos, consiste em adquirir, das indústrias de confecções do Brás e têxtil, o seu rejeito e comercializá-lo [...] O comércio de retalhos, que acontece há, aproximadamente, 40 anos, vai nascer nos interstícios das antigas indústrias têxteis e, posteriormente, se alimentar do rejeito das confecções, que fornecem diariamente toneladas de resíduos e retalhos para serem comercializadas pelos ‘retalheiros’ [...] Uma parte desses retalhos e rejeitos é comprada por costureiras da Grande São Paulo e até mesmo por “sacoleiras”, sendo que a maior parte dessa mercadoria é enviada para Santa Cruz do Capibaribe (Gomes, 2002, p. 96-97).

Foi nesse cenário de produção familiar e doméstica, baseada em técnicas de domínio popular e condições precárias de trabalho, que se constituiu o território da *sulanca*¹³. Segundo Lira (2006, p. 98), tal iniciativa se constituiu “como alternativa de

11 Araújo (2003) conta que os primeiros comerciantes a trazerem os *retalhos de tecido* para Santa Cruz do Capibaribe foram Pedro Diniz, Manoel Caboclo e Dedé Moraes.

12 Depoimentos informaram que *shorts* infantis eram conhecidos, nos primeiros momentos, como “milongas”.

13 A denominação de “sulanca”, segundo consta na maior parte da bibliografia sobre o assunto, deriva de

sobrevivência da população agrestina, por causa, principalmente, da crise agrícola da cotonicultura e das dificuldades de produzir outros produtos, já que a região possui faixas muito secas, sendo inapropriadas para o plantio, pois fazem parte do semiárido nordestino”.

Uma agricultura instável, marcada por baixa produtividade e insegurança climática, em um contexto de crise da cultura do algodão, por ser esta por muito tempo a principal atividade produtiva¹⁴, foi um fator de migração rural-urbana e de inserção da população local nas atividades relacionadas à produção e comercialização da *sulanca*:

Eu casei, meu esposo era vaqueiro, trabalhava em fazenda e eu tive que acompanhar ele. Fui tendo meus filhos e achando aquela vida cansativa e já estava perdendo tudo o que plantei com a seca. Eu vi que tinha que ir embora para o que era meu. Meu esposo disse que não ia, o dono da fazenda não acreditava que eu fosse, porque a gente na fazenda tem algumas regalias: não paga aluguel, não paga energia, não paga leite, queijo [...] Aí eu fui pra cidade e comecei a trabalhar em cozinha de hotel e ajudando num fabrico. Uma vez eu fui olhar uma mulher costurando e cismeí que tinha que comprar uma máquina pra mim, dessas de pé, que hoje não tem mais. Aquela máquina que você coloca uma correia e pedala. Eu aprendi a costurar numa máquina daquelas. E foi assim que eu aprendi! Comecei a costurar coberta, emendar pano em casa, esses restos de retalho (informação verbal).¹⁵

Em um esforço de síntese, Véras de Oliveira (2013, p. 268) propõe:

Ao surgir da iniciativa de homens e mulheres pobres, a partir de uma atividade originalmente incorporada ao fazer doméstico (a costura de peças do vestuário

uma corruptela das palavras “sul” e “helanca”, se referindo às confecções produzidas com malhas vindas de São Paulo - do “Sul”. O fato incontornável, no entanto, está no que o termo passa a conotar, e não sobre o que originalmente denota: “sulanca” passa a designar aqueles produtos de baixa qualidade, de baixo preço, destinados a populações de baixa renda da região e entorno (Véras de Oliveira, 2013).

14 Conforme Andrade (1963), a população agrestina, constituída majoritariamente por foreiros, agricultores e rendeiros, esteve historicamente marcada por uma condição de pobreza, dedicando-se a culturas de subsistência (milho, feijão, roça e cana-de-açúcar para a produção de mel e rapadura), associada ao cultivo do algodão. Uma menor concentração fundiária associada a uma característica histórica de região de transição, entre a Mata e o Sertão, fez do Agreste um lugar propício ao desenvolvimento do comércio, particularmente com o estabelecimento de grandes feiras em cidades como Caruaru e Campina Grande. Essas passaram a exercer um papel central na conformação socioeconômica da região. A crescente densidade populacional da região e a predominância de condições precárias de vida, agravadas pela crise da cultura do algodão, fez do Agreste, principalmente a partir de meados do século XX, uma base de emigração, seja com destino às grandes cidades próximas (sobretudo Recife), seja para São Paulo, Rio de Janeiro, Norte do Paraná e Brasília (Andrade, 1963). Mas, para além da saída pela emigração, alternativas foram sendo constituídas no próprio território agrestino. Foi o caso da *sulanca*.

15 Trecho de entrevista concedida por umas das primeiras costureiras de Santa Cruz do Capibaribe, em 9 de junho de 2013.

e de cama e mesa), utilizando-se de materiais muito simples e, inicialmente, sem valor comercial (*retalhos*), articulando-se por meio de relações de tipo familiares, de vizinhança e de amizade, destinando seus produtos para mercados estritamente populares (as *feiras da sulanca*), tendo se inserido em um segmento industrial, o de confecções, com histórico de associação (no mundo e no Brasil) ao trabalho a domicílio, *faccionado* e precário, o *Polo*, e a dinâmica que veio a constituir ao longo de sua trajetória, incorporou essas como suas marcas distintivas, constituindo-se de atividades (trabalho e gestão) caracteristicamente de tipo *familiar, domiciliar e informal*, com as condições de trabalho, sob tais circunstâncias, se mantendo em bases predominantemente precárias.

Com o desenvolvimento das atividades, surgiram os primeiros espaços destinados especialmente à comercialização, inicialmente na forma das Feiras da Sulanca. As primeiras foram as de Santa Cruz do Capibaribe e de Caruaru e, depois, de Toritama. Pessoas que haviam migrado para o Sudeste, no fluxo que acompanha a industrialização, começaram a retornar à região para trabalhar na produção e comércio da *sulanca*¹⁶. Um testemunho:

Eu morei em São Paulo 8 anos, mas eu sou daqui. Me diziam que aqui tá começando a vender roupa, mas era muita roupa, diziam que chegavam com os fardos e vendiam tudo, vendia na mão, nas lonas e nos bancos. O povo estava se organizando numa feira. Eu recebia cartas da minha família, dizendo que o povo estava conseguindo emprego aqui e melhorando de situação. Foi aí que voltei e vim morar com minha família novamente (informação verbal).¹⁷

Em meados dos anos 1960, as Feiras da Sulanca de Santa Cruz do Capibaribe e de Caruaru ocupavam as ruas de ambas as cidades, com as mercadorias sendo vendidas inicialmente nas calçadas e, posteriormente, em barracas de madeira¹⁸. Começaram ali as primeiras investidas dos poderes públicos locais visando regulamentar a organização e o funcionamento das *feiras* (delimitação das áreas e dos dias de funcionamento e adoção de taxas).

16 Cf. estudo de Lyra (2003) realçando a importância das atividades de confecções no Agreste de Pernambuco como fator de inversão do fluxo migratório histórico entre Pernambuco e São Paulo.

17 Entrevista concedida por uma das primeiras *sulanqueiras* de Santa Cruz do Capibaribe em 10/06/2013.

18 Denominadas popularmente de *bancos*. São armações simples, de madeira, com cobertura de lona, que, fora esses aspectos típicos, não seguem nenhum padrão. Em geral, têm 1,2 m a 1,8 m de comprimento, 60 cm a 80 cm de largura e em torno de 2,5 m de altura. *Ter banco na feira*, entretanto, mais do que a propriedade do equipamento, significa ter a posse do espaço (por reconhecimento dos pares e ou do poder público) no qual ele é instalado nos *dias de feira*.

Um primeiro movimento de modernização técnica ocorreu no início dos anos 1980, com a incorporação de máquinas industriais no processo produtivo, em substituição às máquinas não industriais, base de uma produção de tipo mais artesanal. Conforme Cabral (2007): “coube à agência do Banco do Brasil de Santa Cruz a iniciativa de financiar 2.500 máquinas industriais”. A busca por novos mercados teria sido uma exigência desse processo. Instalaram-se na região os primeiros atacadistas, fornecedores de tecidos, aviamentos, máquinas e equipamentos para as atividades em expansão. Os produtos melhoraram de qualidade, e os consumidores de faixas de renda mais elevadas passaram a ser mirados. De outra parte, amplia-se a contratação de trabalhadores, seja diretamente, na forma de assalariamento, seja indiretamente, sob diversas formas de subcontratação.

Cada vez mais consolidadas, nos anos 1990, produção e comércio passam a se associar crescentemente a atividades de serviços diversos: *design* de moda; consultorias, gestão e *marketing*; eventos do segmento da moda em âmbito regional, nacional e até internacional; qualificação profissional; financiamento; gestão pública dos territórios envolvidos (municipais e estaduais). Surgem as primeiras marcas próprias (Andrade, 2008).

Tendo se estabelecido inicialmente nos *interstícios* não ocupados pela dinâmica propriamente capitalista (nos termos de Souza, 1982), na sua trajetória, a produção e comércio da *sulanca* se imbrica crescentemente com aquela, sob processos sucessivos de diferenciação de seus espaços e agentes, resultando em hibridizações (Véras de Oliveira, 2011, 2013).

Em Toritama, por influência de Caruaru, havia se desenvolvido a produção de calçados, desde os anos 1930, tendo essa se mantido como “uma produção bastante artesanal e destinada também a populações de baixa renda” (Lira, 2006, p. 102). Na década de 1940, predominava na cidade a produção de calçados de couro e de borracha, de chinelos e de *pichilingas* (calçados infantis), baseada em tecnologia de domínio popular, trabalho precário e por unidades produtivas familiares e informais. A *feira popular* era o lugar por excelência da venda desses produtos. Nos anos 1970, os calçados de couro, destinados às populações mais pobres, passaram a ser substituídos por produtos sintéticos (Araújo, 2007). Com a emergência da produção de confecções na região, em Toritama as máquinas e equipamentos da produção calçadista foram readaptados para a produção de *jeans* (Andrade, 2008).

No início, em Toritama, não se estabeleceu uma Feira da Sulanca. Segundo relatos coletados, a primeira tentativa surgiu na Rua da Igreja, onde as mercadorias eram vendidas em lonas, carroças, no chão ou circulando. Entretanto, não vingou: “No início da feira não aparecia ninguém pra comprar nada, era só a gente

esperando, aí não deu certo. Começamos a produzir as peças aqui e ir vender em Santa Cruz e Caruaru” (informação verbal)¹⁹.

Nos anos 1980, com a crescente regulação pública das Feiras de Santa Cruz e Caruaru, os *sulanqueiros* toritamenses fizeram novas tentativas de constituir uma Feira própria, mas esta só se estabeleceu no início dos anos 1990, com os *bancos* passando a ocupar a região central da cidade. Foi então que a prefeitura a deslocou para a Rua Antônio Soares, situada às margens da BR 104, no trânsito entre Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Em Toritama se reproduziram as mesmas características das demais Feiras da Sulanca: disposições caóticas e condições precárias, mas com dinamismo crescente. Muitos toritamenses, entretanto, preferiam comercializar seus produtos em Caruaru e Santa Cruz.

Com o crescente caos e os frequentes acidentes, o Departamento de Estradas e Rodagens e a prefeitura determinaram a realocação da Feira para as ruas próximas, afastando-a da BR. Na ocasião, toda a área foi demarcada e os *bancos*, cadastrados, sendo estabelecida uma taxa para recolhimento semanal pelos fiscais da prefeitura, conforme relato abaixo:

Ele (o prefeito) pôs os bancos lá, e o povo foi obrigado a ir. O povo foi porque era melhor. Quem é que não queria um banco? Aqui (Rua Antônio Soares) era muito apertado, quem chegava era quem arrumava seu espaço, não tinha nenhuma organização. Quem chegasse primeiro, colocava! Aqui era como camelô, que vendia na rua ou no chão. Lá (Rua do Campo do Ipiranga) foram fazer cadastro e pagar o alvará para a prefeitura (informação verbal).²⁰

Nesse momento, a Feira da Sulanca de Toritama passa a ter um dia de comercialização diferente dos de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, o que se estabeleceu por meio de um pacto comercial intermunicipal envolvendo as três cidades.

No começo dos anos 2000, estimava-se que o município produzia algo como 15% da produção do *jeans* nacional, tendo se tornado o “maior polo de produção desse tipo de roupas do Norte e do Nordeste” (Raposo; Gomes, 2003, p. 11). Por ação de um conjunto de instituições e a liderança do Sindinvest e do Sebrae, o que até então era conhecido por Feira da Sulanca passou a ser denominado de Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Para isso, desencadeou-se uma operação de desconstrução da marca *sulanca* e de reelaboração discursiva, visando por no lugar da Feira da Sulanca o Polo de Confecções e, em substituição a “sulanqueiro”, a denominação “empresário” ou “empreendedor” (Véras de Oliveira, 2011).

¹⁹ Entrevista concedida em 22 de agosto de 2013.

²⁰ Entrevista concedida em 12 de agosto de 2013.

Em 2001, foi construído em Toritama, por iniciativa de um grupo de investidores privados, contando com o apoio do poder público municipal, o primeiro centro comercial dedicado aos produtos de confecção da região, denominado Parque das Feiras. Anos mais tarde, foi inaugurado o Polo Comercial, em Caruaru, e o Moda Center, em Santa Cruz do Capibaribe.

Muitos *sulanqueiros* compraram *boxes*, mas a maioria temia que o Parque das Feiras não vingasse ou que, uma vez lá estabelecidos, tivessem que pagar altas taxas. Assim, a Feira da Sulanca continuou funcionando no mesmo local. Com o objetivo de centralizar a atividade comercial (e favorecer a viabilização econômica do Parque das Feiras), a prefeitura determinou a sua transferência para uma área ao lado do novo centro comercial:

Como o Parque não tinha dado certo de primeira, a intenção era levar a feira lá próximo, para dar uma levantada no Parque, só que antes de se fazer essa transferência o Ministério Público entrevistou, porque ninguém ia fazer uma transferência de boca para depois que o Parque das Feiras crescesse, expandisse, fosse retirada a feira de lá. Inicialmente os feirantes não queriam, mas o Ministério Público entrevistou e foi formada uma comissão e feita uma audiência, onde foi convocada uma comissão de *sulanqueiros*. Foi pego aleatoriamente cinco feirantes com o Ministério Público, a Enpal, que é a empresa proprietária do Parque das Feiras, e a Prefeitura Municipal. Foram essas pessoas que estavam envolvidas. Mas na verdade os *sulanqueiros* apenas estavam como fiscalizadores (informação verbal).²¹

Foi realizada uma audiência pública entre a Enpal, a prefeitura de Toritama e uma comissão de feirantes (primeira organização própria de *sulanqueiros* na região), com o objetivo de estabelecer um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), de modo a propiciar garantias aos feirantes na sua alocação na área do Parque. A estes coube a obrigação de pagar uma taxa semanal à Prefeitura, em troca de serviços de iluminação, limpeza e segurança, assim como acesso à infraestrutura do Parque das Feiras (banheiro, água etc.). O TAC foi firmado, com a mediação do Ministério Público de Pernambuco, entre a Associação dos Feirantes e *Sulanqueiros* de Toritama (Afest) e a prefeitura de Toritama, determinando a alocação da Feira na área do Parque por um período de 50 anos. Nesse processo de conflitos e negociações foram constituídas e ou ativadas várias associações, salientando-se a Associação dos Feirantes e *Sulanqueiros* de Toritama (Afest), a Associação Comercial e Industrial de Toritama (Acit), a Associação Logística do Parque das Feiras (ALPF) e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL).

21 Entrevista concedida por *sulanqueiro* em agosto de 2013.

Logo, novos espaços de comercialização, em meio a uma intensa especulação imobiliária, começaram a se constituir no entorno: lojas, restaurantes, hotéis e lanchonetes. Um destaque cabe às lojas de grande porte (de produtos de grife), instaladas em mais de uma dezena²². Mais recentemente, não sendo o Parque das Feiras, as *grandes lojas* e a Feira da Sulanca suficientes para abrigar todo o potencial comercial da região, constituiu-se a Feira da Invasão. Esta, com características próximas da Feira da Sulanca, dela difere principalmente por não ser beneficiária de qualquer reconhecimento e não estar submetida a nenhuma regulação públicos. Conforme descreveu um dos entrevistados:

A maioria das feiras livres daqui é tudo invasão, começa por invasão. Essa aqui mesmo começou por invasão. O pessoal foi ficando. Fomos colocando nossos bancos de madeira nesse lugar cheio de pedras e mato. A prefeitura dizia “não pode” e acaba um dia legalizando. A feira da invasão está começando a pegar agora, começamos desde setembro do ano passado, mas não vamos sair daqui até garantir o espaço da gente (informação verbal).²³

A demarcação dos espaços para os feirantes, com seus respectivos *bancos*, se deu com a ocupação da área no momento da invasão. A expansão, que ora ocorre, segue o mesmo critério. A prefeitura não recolhe taxas, mas também não se responsabiliza pela limpeza e segurança do local. A Feira da Invasão, com seus *bancos* e carroças, se apresenta como uma possibilidade de trabalho para aqueles que não conseguiram espaço na Feira da Sulanca e, menos ainda, no Parque das Feiras, assim como para os feirantes que querem aumentar seus meios de comercialização, muitas vezes deslocando para lá membros da família.

As atividades da Feira da Sulanca e da Feira da Invasão têm início na madrugada e, geralmente, se estendem até às 15 horas, quando os feirantes fazem a contagem e o recolhimento das mercadorias que não foram vendidas, enquanto os veículos aguardam para fazer o transporte²⁴. Já o Parque das Feiras encerra seu funcionamento às 17 horas, juntamente com as *grandes lojas*, quando um grupo de garis, contratados pela ALPE, faz a limpeza dos seus espaços internos e externos. Uma turma de garis contratados pela prefeitura, ao mesmo tempo, faz a limpeza de toda a área da Feira da Sulanca.

22 Aqui denominadas de *grandes lojas*.

23 Entrevista concedida por uma feirante da Feira da Invasão em 16 de junho de 2013.

24 Quase sempre, utilitários da marca *Toyota*, adaptados artesanalmente em oficinas da região.

Figura 1 - Vista panorâmica do Parque das Feiras, da Feira da Sulanca (ao lado) e das *grandes lojas* (em frente, do outro lado da BR).



Fonte: Portal da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe

A trajetória de constituição do Polo e do território comercial de Toritama evidencia intensos processos de diferenciação em seus espaços e padrões de comercialização, com repercussões diretas sobre as relações de trabalho. Mantém-se, assim, ao mesmo tempo, próximo e distante do perfil original de suas atividades comerciais e produtivas.

O processo de modernização e institucionalização das atividades do Polo e em Toritama tem motivações diversas, tais como: necessidade do poder público municipal buscar ordená-las no espaço da cidade, ao mesmo tempo impondo aos seus agentes obrigações tributárias; oportunidade para grupos políticos se apresentarem como patrocinadores das mudanças recebidas como positivas; interesse despertado em vários empreendedores do segmento de confecções, no sentido de incorporar padrões diferenciados (na infraestrutura, organização da atividade, mercadorias, atendimento); oportunidade de novos investimentos para empresários em geral (construção civil, rede hoteleira, restaurantes, transportes etc.); desafio para agências como o Sebrae buscarem aplicar seu projeto *empreendedorista*²⁵; segmentos de assalariados (sobretudo quando diferenciados de relações familiares) começam a pressionar pela formalização do emprego. Das combinações e tensões entre esses diversos atores e motivações, no processo de constituição do Polo, produz-se uma relação imbricada entre o *formal* e o *informal*, sob uma dinâmica que, resultando de sentidos diversos em disputa, traz, simultaneamente, um elemento de permanência e de mudanças.

²⁵ Quanto a isso, conferir Lima (2011).

Processos de diferenciação e dinâmicas de formalização

O Parque das Feiras foi construído, em 2001, fora da região central da cidade, em uma área de 9 hectares, situada às margens da BR 104, abrigando 955 *boxes* de 3 m² cada um (primeira fase), distribuídos em 10 fileiras, com corredores de 3 m². Posteriormente, em 2004, foram construídas 125 *lojas* de 25 m² (segunda fase). A área coberta do Parque (5 mil m²) inclui ainda uma praça de alimentação, banheiros, caixas eletrônicos, agência bancária, uma rádio comunitária, rede *wi-fi* grátis, segurança 24 horas, serviço de limpeza e, na área externa, um estacionamento com capacidade para 2.000 veículos. Abriga várias lanchonetes e restaurantes no seu entorno. Ultimamente implantou um sistema de monitoramento eletrônico através de câmeras de segurança nas partes interna e externa.

Um novo padrão de organização da atividade comercial e dos empreendimentos foi sendo gestado. Vários empreendimentos ganharam dimensões muito além daquelas dos primeiros *boxes* e, principalmente, dos *bancos* das Feiras. Os meios de pagamento (com a adoção do cartão de crédito) e as estratégias de *marketing* se modernizaram. Trabalhadores passaram a ser contratados em bases mais profissionais e formais (em contraste com a figura tradicional do *ajudante*²⁶). Diversas agências do Estado se fazem cada vez mais presentes. Os empreendimentos comerciais, para funcionarem regularmente, necessitam prover-se de: alvará emitido pela Prefeitura; Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); documento emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) (neste caso, com a exigência de que os confeccionistas coloquem etiquetas nas suas mercadorias indicando o tipo de tecido usado na sua fabricação e seu número do Cadastro de Pessoa Física – CPF); além de estarem em consonância com a legislação trabalhista. Muitos entrevistados, entretanto, reclamaram das ações de fiscalizações desses órgãos, em uma atitude de resistência aos processos de formalização. Esta não se faz, portanto, sem conflitos. O mais comum tem sido um maior avanço na formalização do empreendimento, seguida, em menor grau, da formalização das relações de trabalho.

26 Denominação dada para os filhos e outros parentes que trabalham com os confeccionistas da região. As crianças são iniciadas na atividade produtiva e ou comercial na forma da “ajuda”. Para Silva (2008), a inserção dos jovens no trabalho se inicia como parte do processo de socialização dentro das unidades produtivas ou comerciais familiares, uma vez que nesses ambientes (de moradia e trabalho) os conhecimentos necessários ao trabalho são transmitidos entre familiares e vizinhos. O depoimento que segue ilustra bem isso: “Meu sobrinho vem sempre me ajudar aqui na feira, eu comecei assim ajudando e fui apreendendo aos poucos como negociar. Acho importante que ele venha conhecer a feira, só assim não ficam só trabalhando no fabrico e aprendem como negociar e conquistar o cliente. Para trabalhar na feira, tem que ser esperto, se não soubermos fazer contas ou não prestarmos a atenção no cliente, perdemos de vender, sem falar que quando tem muita gente querendo comprar, existe alguns roubos, em um vacilo roubam uma ou duas peças... Nos períodos de festa, ele me ajuda, senão, não damos conta de abastecer o banco, vender, trocar dinheiro e prestar a atenção em tudo” (entrevista realizada com *sulanqueira* em agosto de 2013, informação verbal).

Boxes do Parque das Feiras

Os *boxes*, dispostos em fileiras e designados por combinações de letras e números, são os primeiros tipos de empreendimento comercial do Parque das Feiras. Com o passar do tempo, vários deles foram ampliados, com fusões por compra entre dois ou mais. Sobre esses, logo se estabeleceu forte especulação imobiliária:

Quando eu cheguei aqui no Parque das Feiras um box custava R\$ 2.000,00, agora aqui tem box de R\$ 8.000,00, até de R\$ 20.000,00, dependendo do tamanho. Tem pessoas que alugam os boxes no preço de R\$ 400,00, R\$ 500,00 por mês. Em menos de 10 anos os preços subiram muito (informação verbal).²⁷

Novas contratações (formais ou informais) foram necessárias, em alguns casos fortalecendo a rede familiar com novos membros participando da atividade comercial, em outros, sendo necessária a contratação de não familiares. Segundo pudemos observar e confirmar a partir dos depoimentos, no total, o número de trabalhadores contratados por *boxe* gira em torno de um a três²⁸.

É notória a predominância de mulheres na atividade de comercialização, que, em geral, acumulam ainda responsabilidades domésticas. As trabalhadoras dos *boxes* entrevistadas indicaram que transitaram da produção ao comércio, por considerar esta uma atividade “menos puxada” e, assim, podendo conciliar trabalho com vida doméstica.

Conforme pudemos observar, a maior parte dos atuais donos de *boxes* é oriunda da Feira da Sulanca e, mesmo agora em que atuam no Parque das Feiras, vários deles mantêm *bancos* na feira. Em geral, donos de *boxes*, *ajudantes* e outros contratados têm baixo nível de escolaridade, quando muito chegando ao Ensino Médio. Em seus vários relatos, indicam que a entrada no mercado de trabalho é muito prematura, o que leva as pessoas a abandonarem os estudos nos primeiros anos escolares.

Quanto aos trabalhadores dos *boxes*, em geral oriundos da cidade de Toritama e das cidades circunvizinhas, ficou evidente, nos vários relatos, que muitos deixaram a agricultura e a criação de animais para se dedicarem à produção e à comercialização de confecções. São patentes os sinais de um fluxo migratório vindo de outras regiões do estado e de estados vizinhos.

O salário dos trabalhadores dos *boxes* é definido como proporção das vendas semanais, assumindo a forma de comissão, resultando em um rendimento semanal

²⁷ Entrevista com um dono de *box* no Parque das Feiras concedida no dia 27/08/2013.

²⁸ Por limitações da pesquisa, não foi possível realizar um levantamento quantitativo rigoroso. Tal estimativa se baseia na observação direta.

de R\$ 200,00 a R\$ 600,00, sendo maiores nos períodos festivos, como São João, Carnaval e os festejos de final de ano.

Nós tiramos o salário por comissão. No período de festas, tiramos R\$ 500,00 a 600,00, mas quando está em baixa se tiramos R\$ 200,00 é muito. Aí temos que trabalhar nos fabricos, pra complementar nossa renda, fica muito “puxado”, pois não tem nenhum dia de folga. É, trabalho a semana toda! Quando chega o dia da feira, já estou muito cansado. Quando a feira está em alta, e precisa de gente para trabalhar na produção, temos que dar conta da produção e vir trabalhar aqui, o que compensa é o apurado que é maior nesses períodos. Quando chega o feriado, temos que sair de casa (informação verbal).²⁹

Lojas do Parque das Feiras

A instalação das *lojas* constituiu a segunda etapa na construção do Parque das Feiras. Inicialmente, eram 125 lojas de 25 m², sendo distribuídas em 8 fileiras. Mas esse número tem diminuído com as fusões entre duas ou mais.

Contam, conforme apuramos, com 2 a 5 trabalhadores. São basicamente formalizados, possuindo alvará de funcionamento, registro no CNPJ, registro de etiqueta e controle de qualidade das mercadorias no Inmetro. Observa-se, no entanto, menor grau de formalização dos trabalhadores. Estes, em geral, são jovens.

A maioria das *lojas* estabelece como critério de contratação o Ensino Médio completo, curso técnico em informática ou experiência anterior. Alguns relataram que é comum a inserção dos trabalhadores se iniciar na forma de estágios, com alguns posteriormente sendo efetivados, em geral formalmente. O salário mensal dos contratados gira em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.500,00, incluindo os adicionais de horas-extras (comuns principalmente nos períodos festivos). Os trabalhadores não se concentram apenas na venda, sendo responsáveis também pela limpeza do estabelecimento e organização das mercadorias.

As *lojas* expressam um primeiro movimento de formalização dos empreendimentos comerciais de confecções em Toritama, conservando, entretanto, certo grau de informalidade em suas atividades.

Grandes lojas

A centralização do comércio de confecções em Toritama, por meio da construção do Parque das Feiras, estimulou a instalação, no seu entorno, de uma

²⁹ O entrevistado possui uma unidade produtiva doméstica. Entrevista realizada em 23 de julho de 2013.

dúzia de lojas de grifes de grande porte. Nesses espaços, busca-se a distinção pela qualidade e aparência.

Nesses empreendimentos, atuam de 15 a 30 trabalhadores, em atividades de venda e administração (gerência, coordenação de vendas, programação de estoque, *design* de moda, contabilidade, *marketing* etc.).

Conforme apurado, os empregadores têm como requisitos principais para a contratação: *boa aparência*, idade acima de 18 anos, Ensino Médio completo ou curso técnico em vendas. Em momentos de intensa atividade comercial, são contratados trabalhadores temporários, quando os requisitos se tornam menos exigentes.

Segundo os relatos, os trabalhadores permanentes são formalizados, tendo sua renda estabelecida sob a forma de pagamento quinzenal ou mensal (variando de R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00 por mês). Quanto aos temporários, são informais e recebem o salário quinzenalmente.

A jornada de trabalho é de 8 horas diárias, com folga nos dias em que a Feira da Sulanca não ocorre. Nesses estabelecimentos, nota-se a existência de controle de entrada e saída de trabalhadores, pela via de cartão eletrônico e câmeras.

A adoção de métodos mais racionalizados de gestão e organização da atividade nas *grandes lojas* (com uso da informática, contabilidade organizada, *marketing*, vínculos com as organizações empresariais locais e estaduais, participação crescente em mercados mais exigentes etc.), comparativamente com os padrões predominantes na região, trouxe implicações para as relações de trabalho (maiores exigências de qualificação e escolarização, formalização do vínculo, algum plano de carreira, mais especializações e funções melhor delimitadas etc.). No período de *baixa* nas vendas, podem lançar mão de estratégias mais ousadas, como a venda para mercados de outras regiões do País e até do exterior (Angola, Guiné Bissau, Paraguai, Chile, entre outros). Uma das principais formas de ampliação dos mercados das *grandes lojas* tem ocorrido com sua participação nas Rodadas de Negócios³⁰, promovidas todos os anos pela Associação Comercial e Industrial de Toritama (Acit)³¹. Atualmente, outros meios de comercialização têm sido introduzidos, a exemplo da venda e propaganda por *sites*. Propaganda em emissoras de TV e patrocínio de eventos esportivos nacionais vêm sendo cada vez mais utilizados.

30 “As rodadas de negócios tem nos ajudado a comercializar nossa mercadoria para todo o Brasil e também no exterior. A vantagem é que nos períodos de baixa nas vendas, continuamos a vender e a produzir, a parceria com a associação mantém o mesmo ritmo das vendas, agora com outros clientes, que são chineses, paraguaios, cubanos... Para comercializar para fora, tem que ter uma mercadoria padronizada e ser formalizado” (Entrevista concedida por um lojista de Toritama, em Julho de 2013, informação verbal).

31 Cf. Lima, 2011.

Feira da Sulanca

A Feira da Sulanca de Toritama faz parte de uma prática histórica de feiras populares de confecções presentes em Pernambuco e no Nordeste, sendo um espaço destinado à comercialização de confecções e organizado por dias da semana³². Mas, principalmente a partir da instalação do Parque das Feiras, passou a ser submetida a uma maior regulação pública, por meio do TAC que garantiu sua transferência para as imediações do Parque das Feiras e as condições básicas de seu funcionamento. O movimento de formalização que tais iniciativas ensejaram, embora tenha configurado um novo ambiente institucional, não resultou em alterações significativas no caráter informal e familiar da organização das atividades, nem nas condições precárias de sua infraestrutura.

A Feira da Sulanca, conforme apuramos, envolve três perfis de *sulaqueiros*: os que atuam nos *bancos*; os que vendem sua mercadoria em lonas (no chão); e os vendedores ambulantes. Contabilizando apenas os *bancos*, a prefeitura, por meio do TAC, estabeleceu a alocação de 500 unidades. Cada um deles envolve contratações de *ajudantes* ou, principalmente no primeiro caso, algumas contratações de não familiares. O TAC se refere exclusivamente aos feirantes dos *bancos*. Por isso, vendedores de lonas e ambulantes são alvo de frequentes perseguições dos fiscais da prefeitura, assim como são tidos por donos de *bancos* como concorrentes desleais.

A prefeitura, em contrapartida ao reconhecimento da legitimidade da Feira da Sulanca, fiscaliza as atividades comerciais ali realizadas e cobra uma taxa (R\$ 10,00 por semana por *banco*), que, supostamente, se destinaria à manutenção do espaço. Atua também no sentido de impedir a comercialização em lonas e por ambulantes.

A maioria dos *sulanqueiros* é do sexo feminino, conforme se evidenciou à nossa observação, com a confirmação dos depoimentos. No início da feira e nos momentos de maior atividade comercial, nota-se uma nítida divisão social do trabalho, em que às mulheres são destinadas as atividades de comercialização e aos homens, as atividades de transporte e reposição da mercadoria nos *bancos*. Estes são de propriedade familiar, sendo usados, em muitos casos, por diversos membros da família para a venda de seus respectivos produtos.

A origem dos *sulanqueiros* é diversa: são oriundos de Toritama, das demais cidades do Polo e de outros municípios pernambucanos. Quanto à escolaridade, predomina um nível de escolaridade que tem como teto o Ensino Fundamental completo. Muitos deles ressaltam que “nasceram em meio ao trabalho e não puderam terminar os estudos”.

³² Os *dias de feira* são estabelecidos alternadamente em Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Cada cidade tem um dia na semana diferente para a realização da feira.

Os vínculos de trabalho nos *bancos* se baseiam em relações informais e estão fortemente ligados a redes de parentesco e amizade. A jornada de trabalho nos *dias de feira* chega a 15 horas diárias (começando por volta das 2 ou 3 horas, até às 17 horas). Dentre os contratados (formais e informais), predomina o salário por comissão, sendo que a renda semanal dos trabalhadores gira em torno de R\$ 200,00 a R\$ 500,00. Os entrevistados relataram que, em períodos de alta nas vendas, a renda semanal dos *sulanqueiros* alcança de R\$ 800,00 a R\$ 1000,00, com as mercadorias sendo vendidas antes mesmo da feira se encerrar.

A Feira da Sulanca continua tendo como principal atrativo, segundo compradores e feirantes, os preços baixos, fator esse que faz com que mantenha certa competitividade com os espaços comerciais do entorno, inclusive com os *boxes* e *lojas* do Parque das Feiras. A informalidade, neste espaço, continua prevalecendo amplamente, na gestão e no trabalho.

Feira da Invasão

A Feira da Invasão é o espaço comercial do ramo de confecções mais recente de Toritama, tendo se constituído em setembro de 2012, a partir de uma atitude emblemática de um grupo de *sulanqueiros* em luta por um espaço reconhecido nesse território (ao não conseguir acesso à Feira da Sulanca ou ao Parque das Feiras). Resultou da ocupação, com *bancos* e lonas, da segunda rua à direita do Parque das Feiras, uma área não reservada para tal fim:

Nós começamos a ocupar esse lugar em setembro do ano passado (2012). Todo mundo precisa vender suas confecções e não temos como comprar um box no Parque das Feiras, nem conseguir um banco na feira. A Feira da Invasão está começando a “pegar” agora, os compradores estão chegando e nós não vamos sair daqui. A prefeitura precisa reconhecer a gente como parte da feira, organizar o lugar, mandar fazer a limpeza, colocar luz... (informação verbal).³³

O reconhecimento buscado se refere à delimitação da área a ser destinada à nova feira e à garantia de condições mínimas de instalação (iluminação, banheiros, vias, segurança etc.), conforme evidencia outro entrevistado:

A prefeitura vem demarcando onde deve ser a feira, mas a feira vem crescendo a cada ano, e nós precisamos de um espaço para vender as mercadorias... A prefeitura deve dar condição para trabalharmos aqui, está muito difícil trabalhar sem iluminação,

33 Entrevista concedida por feirante da Feira da Invasão em julho de 2013.

sem banheiros, sem segurança... mas não vamos sair daqui, até eles nos reconhecerem como feira. Precisamos trabalhar! Todos aqui são pai e mãe de família e é uma injustiça ficarem tentando tirar a gente daqui (informação verbal).³⁴

Os feirantes indicam, assim, que reconhecem a institucionalização alcançada pela Feira da Sulanca como requisito para um melhor funcionamento da atividade comercial (o que implica aceitar como necessário o papel regulador, pelo menos em alguma medida, do poder público).

Um dos fatores que têm feito com que a Feira da Invasão esteja “começando a pegar”, conforme expressão local, é o atrativo dos preços baixos. Na aparência, confunde-se com a Feira da Sulanca, seja quanto à infraestrutura, à qualidade das mercadorias ou ao funcionamento informal e precário. Entretanto, apresenta uma situação geral ainda mais vulnerável.

Estimamos em mais 500 *sulanqueiros*, entre os fixados em *bancos* e em lonas, além dos vendedores ambulantes. São em sua maioria do sexo feminino. Alguns dos homens e mulheres que lá atuam são oriundos da Feira da Sulanca, tendo nesta uma oportunidade de expansão das atividades econômicas familiares. A predominância de jovens é perceptível. Estes em geral deixam cedo a escola em favor do trabalho.

Para os que atuam como trabalhadores contratados (informais), a renda semanal gira em torno de R\$ 200,00. A duração da jornada de trabalho, nos dias de feira, é a mesma da Feira da Sulanca.

Completou-se, assim, um quadro no qual os empreendimentos comerciais para a venda do *jeans* e demais produtos de confecção de Toritama mantiveram entre si uma discrepante diferenciação, quanto ao tamanho, às condições de funcionamento e dimensões quantitativa e qualitativa dos contratos de trabalho.

Constituição e redefinição de atores estratégicos

As transformações na infraestrutura e nas formas e padrões de organização da atividade comercial de confecções em Toritama e no Polo têm sido acompanhadas por uma reconfiguração dos atores estratégicos e por uma nova institucionalidade.

A instalação do Parque das Feiras, a centralização dos espaços comerciais no seu entorno, a introdução de novos padrões de gestão das atividades, uma maior presença dos poderes públicos na regulação dessas, tudo isso suscitou a constituição de associações de confeccionistas, comerciantes, feirantes, lojistas e empresários, para melhor posicionarem-se no território em disputa. Ao mesmo tempo, isso tem pavimentado a gradual inserção de instituições e órgãos exógenos à dinâmica

³⁴ Entrevista concedida por feirante da Feira da Invasão em julho de 2013.

produtivo-comercial local, realçando-se os que atuam como agentes (públicos e privados) de regulação econômica e social, de formação para o empreendedorismo, de qualificação profissional, de ensino, de financiamento, de mediação frente a outros mercados, entre outras áreas. No seu conjunto (a partir de suas composições e tensões), a presença e atuação desses atores contribuem para reconfigurar a relação entre o *formal* e o *informal* na dinâmica do Polo, *modernizando*, racionalizando, regulamentando, diferenciando, recompondo, introduzindo novos padrões.

O poder público municipal passou a ter uma atuação marcante no território comercial de Toritama, principalmente na Feira da Sulanca. Seu objetivo é o de regular a inserção do comércio de confecções no espaço público urbano (redefinido) e normatizar (dentro de suas prerrogativas) a própria atividade comercial e os serviços a ela associados (delimitando as áreas destinadas às atividades, instituindo taxas, fornecendo infraestrutura e serviços, fornecendo alvarás etc.). O TAC, quanto a isso, foi um marco. Nesse momento em particular, o Ministério Público de Pernambuco desempenhou um papel central como elemento articulador e promotor do referido TAC.

No âmbito estadual, ainda, fiscais da Receita passaram a fazer visitas regulares aos espaços comerciais locais, advertindo os empreendedores sobre sua regularização nessa esfera. A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Pernambuco, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, por sua vez, tem desenvolvido uma ação concentrada nas empresas maiores, a partir de seu escritório de Caruaru. As atuações dos poderes públicos municipal, estadual e federal vêm se estabelecendo de modo desarticulado entre si. Entretanto, é possível notar alguma complementariedade entre eles. Indicam uma presença crescente, embora mantenham certa distância e alguma tolerância diante dos elevados graus de informalidade que ainda vigem naquela região.

Entre os condôminos do Parque das Feiras (donos de *boxes* e *lojas*) formou-se a Associação Logística Parque das Feiras (ALPF), que tem o objetivo de gerir administrativamente o centro comercial. Foi no contexto das negociações para a instalação da Feira da Sulanca na área do entorno do Parque das Feiras, de modo a que aquela pudesse se utilizar de parte da infraestrutura e dos serviços deste e, ao mesmo tempo, viesse a ser reconhecida e aceita pelo poder público municipal, que se constituiu a Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama (Afest). Registra-se, ainda, a existência da Associação Comercial de Toritama (Acit), que tem sido também acionada no rearranjo econômico e institucional em curso em Toritama e na região. Por meio dessas associações, os *sulanqueiros*, lojistas e comerciantes locais vêm estabelecendo interlocuções com agências públicas e privadas diversas.

O Parque das Feiras é um espaço comercial privado, constituído na forma de condomínio, sendo mantido por uma arrecadação semanal e gerido pela ALPF,

criada em 2003, a qual conta atualmente com mais de 600 associados. Segundo relato de diretores da Associação, incide sobre cada condômino uma taxa semanal de R\$ 26,00, que é destinada à limpeza, segurança, gastos de energia, serviços administrativos, entre outros. Segundo ressalta seu presidente, desde a sua inauguração, a Associação tem buscado, por meio de cursos, palestras e mensagens nas mídias, introduzir novas referências comportamentais e profissionais para seus associados:

Quando os empreendedores chegaram aqui, começaram a comercializar da mesma maneira que faziam na Feira da Sulanca: chamavam os clientes aos gritos, se alimentavam e dormiam dentro dos bancos. Foi necessário criar parcerias com o SEBRAE para promover cursos de qualificação profissional dentro do Parque das Feiras, ao mesmo tempo em que, de vez em quando, se fazia a circular³⁵. Muitos deles não sabiam nem escrever o nome, para assinar os cheques, daí montamos turmas de alfabetização do EJA (informação verbal).³⁶

A instituição mais procurada para auxiliar na introdução de novos padrões de atuação (gestão e atendimento) tem sido o Sebrae. Por outro lado, uma ação da Associação na prefeitura acertou o processo de regulamentação dos empreendimentos comerciais por meio de emissões de Alvará de Funcionamento (sendo que, como observado antes, parte dos *boxes* ainda se mantém em condição de informalidade).

A ALPF promove anualmente o Festival do *jeans*, atraindo compradores de vários estados do País, com desfiles das coleções dos lojistas e fabricantes locais, dentro de um conceito de *moda pernambucana*. Trata-se de um momento para a efetivação de negócios e, simultaneamente, uma estratégia para a consolidação de uma imagem *moderna* e dissociada dos produtos da *sulanca* (em mais um esforço de diferenciação de *lojistas* e *sulanqueiros*).

Por meio da ALPF e sua intermediação em algumas agências públicas e privadas (de regulação, de assessoria, de formação etc.), normatizações e padrões de organização, de gestão e comportamentais começaram a ser introduzidos no território comercial de Toritama. A atuação da Associação potencializa a ação de agências públicas e privadas que concorrem para certo grau e tipo de formalização das práticas comerciais em Toritama.

A Afest, por sua vez, foi criada em 2002, visando propiciar visibilidade e voz aos *sulanqueiros* nas negociações do TAC. Firmou-se como o principal ator coletivo

35 A circular é uma nota divulgada pelo presidente da ALPF, no intuito de chamar a atenção sobre as práticas que não condizem com as normas do centro comercial.

36 Entrevista concedida em 25 de julho de 2013.

de mediação e negociação de conflitos entre os *sulanqueiros* e o poder público municipal em Toritama. Conforme relato de um dos seus diretores:

Com a mudança da Feira da Sulanca para se alocar ao lado do Parque das Feiras, o Ministério Público, em nome do promotor de justiça José Sergio Gadelha, previu que nós iríamos ter problemas. Depois que o Parque das Feiras se estabelecesse, não iria aceitar a feira ao lado. Então o que ele orientou, aconselhou, foi que nós criássemos uma associação para que coletivamente pudéssemos lutar pelos nossos direitos, isso foi feito em 2002. A associação surgiu um ano após a inauguração do Parque das Feiras, tinha uns 30 associados, hoje tem 566 associados (informação verbal).³⁷

Anualmente, realiza uma reunião com os sócios e, sempre que necessário, reuniões extraordinárias. De acordo com o seu presidente, o interesse dos associados em participarem das reuniões e dos cursos promovidos pela Associação é muito baixo. *Sulanqueiros* entrevistados relatam que costumam participar das reuniões quando a Feira da Sulanca sofre alguma ameaça ou corre algum risco. A Associação é requisitada também em casos de conflitos entre os próprios *sulanqueiros*, por exemplo, nos casos em que alguém pratica preços abaixo do combinado, atitude considerada desleal.

A Afest cobra uma taxa semanal aos seus sócios, para ser destinada à melhoria da infraestrutura da feira, a exemplo do calçamento, da iluminação etc. A limpeza pública é realizada por um grupo de garis terceirizados pela prefeitura municipal. Este é o principal interlocutor da Associação. Não foi registrada a presença de agências como o Sebrae, Senai e outras junto a esse segmento. Nesse ambiente, o tema da formalização não se encontra presente, conforme se apurou entre diretores da Associação e *sulanqueiros* entrevistados. A Associação, como representação de *sulanqueiros*, expressa uma tensão com os patrocinadores do discurso do Polo, que busca se diferenciar da marca *sulanca*, visto que aquela (a Afest) se insere em uma disputa por reconhecimento e aceitação nesse novo arranjo.

Quanto à Acit, conforme constatou Andrade (2008), foi criada no final de 2004 e início de 2005, atuando preferencialmente junto aos empreendedores formalizados.

A Acit tem como ações prioritárias o apoio à participação dos agentes em missões empresariais, nas visitas às industriais de confecções em São Paulo e em outras regiões, envolvendo as rodas de negócios da moda pernambucana, nas feiras e eventos do ramo de confecções que ocorrem no País, a busca pelo desenvolvimento da visão empresarial

³⁷ Entrevista concedida em julho de 2013.

através da promoção de cursos de capacitação, de treinamento de curta duração e consultorias (Andrade, 2008, p. 125).

Andrade (2008) cita como parceiros da Acit outras associações de empreendedores da região, Sebrae, Senai, Senac, Sindinvest-PE, entre outros. Referindo-se ao Sebrae, considera este “o principal parceiro na execução de cursos, palestras e execução de projetos” (Andrade, 2008, p. 125). Destaca, ainda, que é frágil a relação da Associação com o poder público municipal e tênue as conexões com o sistema financeiro.

O estudo de Andrade (2008) se detém, adicionalmente, em considerar o papel de outros agentes na articulação desse espaço, entendido como um “arranjo produtivo local”. Citou, na área bancária, a Caixa Econômica Federal (presente em Toritama desde 1990) e o Banco do Brasil (cuja agência no município foi instalada em 2005). Entretanto, ressalta que o acesso dos empreendedores locais ao financiamento bancário é ainda muito limitado, sobretudo em vista do grau de informalidade das atividades da região. Uma de nossas entrevistadas corrobora o argumento: “o que impede de termos uma melhor condição de trabalho é a dificuldade de conseguir um empréstimo junto ao banco. Como somos informais e não podemos comprovar renda, às vezes a feira dá muito dinheiro e às vezes não” (informação verbal)³⁸.

Quanto às agências com atuação na área de capacitação de pessoal, como Sebrae, Senac, Senai, apesar de uma maior penetração na região por meio da mediação do Sindinvest-PE e das associações de empreendedores locais, como Acit e ALPF, observam-se resistências dos *empreendedores* em participar dos cursos e palestras promovidos:

Esses cursos que o Parque das Feiras vem oferecendo é tudo o que apreendemos em casa e na lida com o povo na feira... Eu não tenho interesse em participar, acho que não precisa estudar para trabalhar no comércio... Meu pai me levava pra feira desde criança e fui apreendendo desde cedo a trabalhar no comércio (informação verbal).³⁹

Os empreendimentos de maior porte, como as *grandes lojas*, também vêm se utilizando dessas parcerias (Sebrae, Senac, Senai) e promovendo minicursos e treinamentos, como forma de qualificar os trabalhadores dentro das empresas.

38 Entrevista concedida por *sulanqueira*, em 17 de julho de 2013.

39 Entrevista concedida por dona de *box* no Parque das Feiras (*ex-sulanqueira*) em agosto de 2013.

O Sebrae-PE atua na região do Polo a partir de sua sede em Caruaru, instalada em 1992. Entre suas principais ações, destacam-se:

[...] criar um ambiente favorável ao desenvolvimento dos pequenos negócios; reduzir a informalidade e mortalidade das micro e pequenas empresas; incrementar a participação das micro e pequenas empresas - MPE nos mercados interno e externo; promover o acesso às tecnologias necessárias ao desenvolvimento desses empreendimentos; incentivar o empreendedorismo; viabilizar o acesso às linhas de crédito; implantar o sistema de gestão do conhecimento (consultoria na elaboração, gestão e acompanhamento de projetos); criar e aprimorar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos (Lima, 2011, p. 13).

As várias inserções das instituições do Sistema S na região do Polo e, em particular, em Toritama, têm produzido uma elaboração discursiva que visa dissociar a sua imagem da marca *sulanca*. Apesar das limitações e resistências, essa ação (articulada principalmente entre Sebrae e Senai) avança no tecido do arranjo de atividades produtivo-comerciais locais, contando para isso com importante atividade mediadora das associações locais de empreendedores do segmento confeccionista.

Impulsos de formalização e resistências: o informal persiste metamorfoseando-se

Segundo dados do Censo de 2000 e 2010, o *grau de informalidade*⁴⁰ entre a População Economicamente Ativa de Toritama passou de 91,88% para 86,40%. Ou seja, apesar da queda, acompanhando uma tendência nacional nesse período, o patamar é ainda muito elevado. Estudo realizado pelo Sebrae (2013) nos municípios que compõem a malha produtiva do Polo, considerando como *formais* as unidades produtivas que declararam possuir CNPJ, apurou que 80% dessas eram *informais*. Entretanto, alerta que, quanto aos 20% restantes, deve-se considerar que há “inúmeras possibilidades de as unidades produtivas obterem uma fachada de formalização, ao tempo em que continuam com o grosso de suas operações no que poderia ser chamado de formalidade informal” (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2013, p. 52), sendo um dos principais recursos nesse sentido o uso da subcontratação de *facções*.

Ao que tudo indica, as ações estratégicas de regulação e formalização das atividades do Polo, considerado seu caráter historicamente familiar e informal, vêm se estabelecendo com mais efetividade nas atividades comerciais. Com a entrada em

40 Cálculo referido, nos termos do IBGE, à seguinte fórmula: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).

cena dos centros comerciais, vieram os primeiros impulsos de formalização, expressos em situações como: uma maior presença e atuação dos órgãos de fiscalização e de mediação (Receita, Ministério do Trabalho, Inmetro, Prefeitura, Ministério Público de Pernambuco etc.); maiores esforços de capacitação em gestão de negócios e em qualificação profissional; uma crescente inserção comercial nacional (à jusante e à montante da cadeia produtiva), seguida dos primeiros passos para uma inserção internacional; novas formas de organização e gestão do trabalho.

Por intermédio de atores exógenos e locais – neste caso, com destaque para a ALPF –, empreende-se um esforço de formalização de empreendimentos e, em menor proporção, das relações de trabalho: regulamenta-se o funcionamento das atividades comerciais, em conformidade com o calendário geral do *Polo*; implantam-se cursos de qualificação comercial para empreendedores e trabalhadores; tomam-se medidas no sentido de formalizar o empreendimento comercial através do CNPJ e de um conjunto de normas de conduta e comportamento interno. É o que ilustra o depoimento abaixo:

Acho importante que o Parque das Feiras venha promovendo cursos, tenha uma administração, organize tudo isso e nos ajude a comercializar de uma forma melhor. O que víamos aqui é muita gente vendendo como se vendia na feira, aos gritos, dormindo e se alimentando nos bancos. Os cursos que são oferecidos têm ajudado muito a atender melhor o cliente, nossa mercadoria é melhor, o espaço está mais organizado, a resposta é o cliente só comprando a nós. Muitos compram no cartão de crédito, outros compram muita mercadoria, temos que ter um controle sobre isso, senão perdemos de vender... Aqui a gente é formalizado, todo mundo tem carteira assinada e folga, isso é bom, garante nossa aposentadoria, férias, décimo terceiro. Eu sei, se eu tivesse trabalhando na informalidade eu ia ganhar muito mais, mais eu ia estar me “matando” de trabalhar, sem folga, sem garantia nenhuma. E quando a feira entra em baixa, que garantia se tem? (informação verbal).⁴¹

Entretanto, a adoção de um padrão de atuação de tipo mais *empresarial* (no que se refere aos donos e gestores dos empreendimentos) e *profissional* (da parte daqueles que se convertem em assalariados) tem se mostrado limitado. Uma das consequências e evidências disso tem sido a persistência da *informalidade*, seja na gestão dos negócios, seja principalmente nas relações de trabalho.

Um esforço de reconfiguração baseou-se na produção de um discurso fortemente voltado para o *empreendedorismo*⁴², com o Sebrae se destacando como o

41 Entrevista realizada com o presidente da ALPF em agosto de 2013.

42 “O discurso do empreendedorismo acompanhou as reformas de Estado em países latino-americanos, com a privatização de empresas estatais, os programas de demissão voluntária e os programas de

principal veiculador desse discurso no Polo (Lima, 2011). Sua atuação tem cumprido ao mesmo tempo um papel prático, no sentido de introduzir novos métodos de organização e gestão, e ideológico, no sentido de produzir uma aderência social às práticas capitalistas.

No que se refere às *grandes lojas*, são empreendimentos formais e com vínculos de trabalho formais (carteira assinada, férias, décimo terceiro salário, contribuição previdenciária), conforme já discutido, mas que se utilizam das contratações informais (especialmente na forma de trabalho temporário, nos picos da demanda), fazendo com que a informalidade se reproduza sob um novo modelo de gestão e organização do trabalho.

Quanto aos *boxes*, embora apresentem condições bem diferenciadas daquelas da Feira da Sulanca, o processo de formalização não tem conseguido alcançar as mesmas condições das *grandes lojas* e das *lojas*. Dentro do Parque das Feiras, enquanto na maioria dos *boxes* ainda prevalece o caráter familiar do empreendimento, nos quais a *informalidade* se confunde com relações pessoais, de parentesco e vizinhança – suscitando resistência, em virtude dessa condição, à incorporação de novas normatividades, institucionalidades e modos de agir – tal não ocorre com os mesmos sentidos, na mesma proporção e intensidade no caso das *lojas* e, principalmente, das *grandes lojas*.

Um tal processo de reestruturação da dinâmica comercial pode, em uma de suas variantes, ser associado ao conceito de *nova informalidade* – consubstanciada “na ocorrência de relações informais no interior do núcleo formal”, que, ao mesmo tempo, “se diferencia do que conhecemos como ‘setor informal’” (Tavares, 2004, p. 29). A *informalidade*, agora permeada por processos parciais de formalização, persiste mesmo sob um novo quadro institucional de gestão e organização comercial, implicando novas práticas e sentidos para os diversos atores ali presentes: gestores públicos, lideranças empresariais, confeccionistas formalizados e não formalizados, *sulanqueiros*, trabalhadores assalariados ou semiassalariados.

No que se refere à Feira da Sulanca e à Feira da Invasão, diferentemente, são expressões mais contundentes da persistência da condição informal e familiar das atividades comercial-produtivas em Toritama, e nos seus sentidos e modalidades mais próximos dos padrões históricos do Polo. Produção e comércio constituem um ciclo de atividades que têm como base a rede de relações familiares, conforme ilustra o depoimento abaixo:

créditos para pequenos negócios. Além dos investimentos em tecnologia e inovação, programas de empreendedorismo foram implementados, a partir dos anos 90 no Brasil, para pequenos negócios de baixo valor, com apoio estatal e paraestatal” (Lima, 2010, p. 174).

Toda a minha família trabalha na confecção. Antes eu trabalhava na agricultura, mas aqui é uma região muito seca, então não teve saída, tive que vir com minha família para a confecção. Geralmente é nós três que trabalhamos, quando tem muito serviço no período que a feira está em alta, passa pra quatro trabalhadores, trago a minha neta. São todos da família. Eu não contrato gente de fora, exige você “fichar” e temos que ter um capital pra isso... Quando termina a feira, eu pego o apurado e vou pra Santa Cruz, comprar tecido para produzir mais roupa. A vida é corrida, sou dona de casa, comerciante e fabricante, tenho que me dividir nessas três áreas e tirar um tempo pra deus (informação verbal).⁴³

No interior da Feira da Sulanca produziram-se diferenciações entre donos de *bancos*, vendedores em lonas e ambulantes, com esses dois últimos vivendo sob condições ainda mais precárias, visto que não conseguiram ser contemplados no acerto proposto no TAC. Paradoxalmente, este instrumento foi o fator dessa diferenciação:

A prefeitura só reconhece os feirantes que têm banco, a gente que trabalha como ambulante vivemos nos escondendo para não levarem nossa mercadoria. Não se tinha isso aqui, a feira era um espaço onde todo mundo tinha lugar, agora que colocaram a feira para próximo a Br, ficou desse jeito. Pra conseguir um banco aqui é muito difícil! (informação verbal).⁴⁴

A Feira da Invasão, em particular, evidencia uma dinâmica social que reúne elementos diversos. Supomos existir um aspecto de resistência social ao avanço da regulamentação pública sobre a atuação dos *sulanqueiros*, mas o discurso do reconhecimento público e da conquista de garantias para as atividades ali estabelecidas indica, em algum grau/sentido, a incorporação da necessidade da intervenção e regulação públicas.

Estamos aqui lutando por um espaço para vender nossas confecções, não queremos roubar o espaço de ninguém, estamos aqui sem iluminação, sem limpeza e em condições muito ruins para trabalhar. Não vamos sair daqui, enquanto a prefeitura não nos reconhecer. A rua é pública e não temos condições de comprar um banco na feira. A prefeitura tem que reconhecer que fazemos parte da feira e não ficar nos impedindo de vender aqui (informação verbal).⁴⁵

43 Entrevista realizada com *sulanqueira* da Feira da Sulanca em agosto de 2013.

44 Entrevista realizada com *sulanqueiro ambulante* da Feira da Sulanca em agosto de 2013.

45 Entrevista realizada com *sulanqueiro* da Feira da Invasão em agosto de 2013.

A feira não pode ser uma propriedade de alguns e outros não. A feira é do pobre, precisamos vender nossa mercadoria para ganhar nosso sustento. A feira, com o tempo, cresce ou diminui, e não se pode dizer onde ela pode ficar. Precisamos que a prefeitura nos reconheça e nos dê condições de trabalhar aqui (informação verbal).⁴⁶

Se os impulsos de formalização da gestão e principalmente do trabalho serão capazes de produzir outra dinâmica na relação entre o *formal* e o *informal*, de modo a apontar para a superação da marca histórica da *informalidade* em Toritama e no Polo, isso é algo em aberto. Assim como também se encontra em aberto o jogo dos atores em disputa, os sentidos que prevalecerão, seja nos impulsos de formalização ou nas resistências a eles, seja ainda nas ressignificações do *formal* e do *informal* que resultarão daí. As abordagens disponíveis sobre o tema da *informalidade* não têm sido capazes de dar conta de situações como essas, sendo esse um forte motivo para darmos continuidade às pesquisas e reflexões sobre a *temática* e o *objeto* aqui tratados.

Referências

- ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, Tabira. **A estrutura institucional do APL de Confeções do Agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama**. 2008. 214f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de João Pessoa, João Pessoa, 2008. Disponível em: <http://bdt.d.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=575>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- ARAÚJO, Mário José. **Memórias de Minha Terra Toritama**. Recife: Cepe, 2007.
- BEZERRA, Elaine. **O Trabalho a domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- BRAGA, Bruno Mota. **A informalidade no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano: processos de diferenciação dos empreendimentos comerciais e suas implicações para as relações de trabalho**. **Revista de Iniciação Científica** – PIVIC/UFPG, 2010.
- _____. **A dinâmica formal-informal do trabalho no parque das feiras e entorno: constituição histórica e mudanças recentes**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.
- BURNETT, Annahid. **A saga dos retalheiros: um estudo sobre a institucionalização da feira da sulanca no Agreste Pernambucano**. **Século XXI** - Revista de Ciências Sociais, Santa Maria, v. 3, n. 2, jul./dez. 2013, p. 09-40. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/seculoxxi/article/view/12791>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

⁴⁶ Entrevista realizada com *sulanqueiro* da Feira da Invasão em agosto de 2013.

_____. **“Era o tempo do pano na porta”**: instituição e desenvolvimento da feira da sulanca dos anos 1950 aos anos 1980. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

CABRAL, Romilson Marques **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais**: estudos de casos no Polo de confecções do agreste pernambucano. 2007. 311p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/relacoes-possiveis-entre-empreendedorismo-arranjos-organizacionais-institucionais-estudo>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; MONTEIRO, Cristiano Fonseca. Velhos e novos desafios para a Sociologia Econômica no Século XXI. [introdução]. **Caderno CRH**, Bahia, v. 25, n. 66, 2012, p. 385-390. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=96>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

DEDECCA, Cláudio; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 1990. **Estudos Econômicos**, São Paulo, n. 27 (especial), 1997, p. 65-84.

EUFRÁSIO, Marcelo. **O Projovem no território da “sulanca”**: a informalidade no Agreste Pernambucano como desafio de política pública. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

FILGUEIRAS, Luis; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela do. O Conceito de Informalidade. **Cadernos do CRH**, Bahia, v. 17, n. 41, 2004, p. 221-229. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=16>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - FADE/UFPE. **Estudo de Caracterização econômica do Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco**. Relatório Final de pesquisa apresentado ao Sebrae-PE. Recife: FADE-UFPE, 2003. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/poloconfec2003.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

GOMES, Suely de Castro. **Do comércio de retalhos à feira da sulanca**: uma inserção de migrantes em São Paulo. 2002. 213f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13082007-153557/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

HART, Keith. Informal income: opportunities and urban employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 11, n. 1, march 1973, p. 61-89.

HELENO, Edilane do Amaral. **Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupa de jeans no município de Toritama**. 2013. 312f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <http://btd.d.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/22/TDE-2014-07-14T090929Z-2756/Publico/arquivototal.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

JACOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (org.). **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / CUT Nacional, 2000.

KON, Anita. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 32., Natal. **Anais...**, Natal: 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, Alexandre Santos. **“Empreendendo” a Sulanca**: O SEBRAE e o Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

LIMA, Hilário Siqueira. **As lavanderias de jeans de Toritama**: uma contribuição para gestão das águas. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LIMA, Jacob. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, set./dez. 2010, p. 158-198. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v12n25/07.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LIMA, Jacob; SOARES, Maria José. Trabalho flexível e o novo informal. **Cadernos CRH**, Bahia, Dossiê: Trabalho, flexibilidade e precarização, v. 15, n. 37, 2000, p. 163-181, 2002. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=134>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LIRA, Sonia. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confeções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. **Revista de Geografia**, Recife, v. 23, n. 1, 2006, p. 98-114. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewArticle/65>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LYRA, Maria Rejane Souza de Brito. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco – São Paulo – Pernambuco**. 2003. 313f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000340330>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MACHADO DA SILVA, Luis. **Mercado metropolitano de trabalho manual e marginalidade**. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971.

_____. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). **Além da fábrica** – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 140-178.

MALAGUTI, Manuel Luiz. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salário. São Paulo: Boitempo, 2000.

MELO, Patrícia. **As Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano**: suas incidências em alguns grupos de mulheres. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, out. 2003, p. 111-178. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya**. Geneve: OIT, 1972.

PEREIRA, Juliana Nunes. **O Programa empreendedor individual e as estratégias de formalização das atividades econômicas no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

PEREIRA NETO, Eugênio Vital. **Qualificação Profissional e Relações de Trabalho: Trajetória e Perspectiva de Atuação do SENAI**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

_____. **Qualificação e informalidade: os modos de atuação do Senai no Polo de Confeções de Pernambuco**. Recife: Massangana, 2014.

PEREIRA NETO, Eugênio; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Modos de atuação do Senai no Polo de Confeções de Pernambuco: mudanças recentes e implicações recíprocas. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (org.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. Vol. I. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013. p. 363-394.

PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE. <www.santacruzcapibaribe.pe.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2014.

RAPOSO, Maria Cristina; GOMES, Gustavo Maia. **Estudo de caracterização Econômica do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano**. Recife: Fade/UFPE/Sebrae, 2003. Disponível em: <<http://200.249.132.89:8030/downloads/poloconfec.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. **Anthropology and development: understand contemporary social change**. London & New York: Zed Books, 2005.

SILVA, Sandra Roberta. **A juventude na “Sulanca”: os desafios da inserção do mundo em Taquaritinga do Norte/PE**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

SOBREIRA, Jéssica Lôbo. A informalidade no Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano: tipos de manifestações do trabalho infantil em Toritama. **Revista de Iniciação Científica**, Pibic/UFCG, 2011.

_____. **“A invisibilidade do trabalho infantil”: um estudo dos múltiplos discursos sobre o trabalho informal das crianças na confecção de jeans do Agreste Pernambucano**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SOTO, Hermando de. **Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana**. Trad. Gilson Schwartz. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

SOUZA, Alana Moraes de. **“A gente trabalha onde a gente vive” – A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no Agreste das confeções**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Maria Cristina Cacciamali. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. 163f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-06102006-120930/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Proceso de informalidad y sector informal: reexamen de una discusión. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 6, n. 3, sept./dic. 2000a, p. 95-110. Disponível em: <http://www.ucv.ve/fileadmin/user_upload/faces/problemas_sociales_contemporaneos/CESOC/SEPTIEMBRE_DICIEMBRE_3_2000_AJUSTE_ESTRUCTURAL_Y_DESAJUSTES_SOCIALES.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n. 4, jun. 2000b, p. 153-174.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TIRIBA, Lia. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 97, jun./ago. 2003, p. 38-49. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta97/liatiriba97.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

TOKMAN, Victor. **Dinámica del mercado de trabajo urbano: el sector informal urbano em America latina**. Programa Regional del Empleo para America Latina y El Caribe. OIT, 1977 [mimeo].

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confecções do Agreste Pernambucano: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, Ângela; OLIVEIRA, Roberto (org.). **Formas de trabalho no capitalismo atual**. São Paulo: Annablume, 2011. p. 17-65.

_____. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (org.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. Vol. I. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013. p. 233-278.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2011.

Recebido em 21/08/2014

Aprovado em 24/09/2014